



**RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DA**  
**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**IX LEGISLATURA | 2ª SESSÃO LEGISLATIVA**

RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DA  
**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
IX LEGISLATURA | 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

**RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DA  
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
IX LEGISLATURA | 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2003-2004)**

EDIÇÃO

Assembleia da República – Divisão de Edições

INICIATIVA

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Susana Oliveira

FOTOGRAFIA

Paulo Andrade

CONCEPÇÃO GRÁFICA

José Teófilo Duarte | Alexandre de Carvalho [DDLX]

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Armazéns de Papéis do Sado, Lda. – Setúbal

TIRAGEM

400 exemplares

Local e data: Lisboa, Assembleia da República, Março de 2005

DEPÓSITO LEGAL

???????

ISBN

972-556-374-3

CAPA

**Relógio de mesa francês**

Estilo Império

Início do séc. XIX

SEPARADORES

**Relógio de parede tipo vienense**

Gustav Becker

Alemanha, finais do séc. XIX

**Relógio em mármore**

C. 1940

**Relógio de mesa francês**

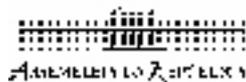
Início do séc. XIX

**Relógio de mesa francês**

Estilo Império

Início do séc. XIX

RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DA  
**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
IX LEGISLATURA | 2ª SESSÃO LEGISLATIVA



LISBOA, MARÇO DE 2005



O Relatório de Actividades da Assembleia da República, referente à 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da IX Legislatura, agora dado à estampa, confirma o empenho de todos os actores parlamentares para o cumprimento das missões que a Constituição lhes confere.

Foi muito intenso o trabalho realizado pelo Parlamento, desdobrando-se em numerosas reuniões plenárias e das comissões.

A Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares e a Conferência dos Presidentes das Comissões deram um contributo decisivo para a organização e dinamização da actividade parlamentar.

O Governo remeteu à Assembleia da República as propostas de diploma que concretizavam o seu programa político, as quais foram discutidas e aprovadas pela Maioria Parlamentar.

As iniciativas legislativas e de fiscalização política dos Grupos Parlamentares dos Partidos da Oposição tiveram amplo acolhimento na agenda dos trabalhos, permitindo o exercício aturado da função crítica e equilibradora que ao Parlamento compete.

A representação externa do Parlamento foi plenamente assumida, através dos diversos mecanismos institucionais previstos.

Os serviços da Secretaria-Geral e dos Grupos Parlamentares corresponderam, com dedicação, ao intenso trabalho da Assembleia da República.

Neste domínio são de assinalar os progressos verificados no uso das novas tecnologias.



Tendo coincido esta Sessão Legislativa com a celebração do trigésimo aniversário da Revolução do 25 de Abril, a Assembleia da República promoveu diversas iniciativas destinadas a assinalar tão relevante acontecimento histórico.

O recital de poemas sobre a liberdade, realizado pelos Artistas Unidos na Sala do Senado, foi um momento alto dessas celebrações.

Ficam marcando este período diversas iniciativas visando a abertura do Parlamento aos artistas e agentes da cultura.

Destaco o enriquecimento do átrio do Edifício Novo com um belo trabalho escultórico de Rui Sanches e o início de uma prática de exposições colectivas de jovens artistas portugueses, nos corredores que rodeiam o Hemiciclo.

Os muitos milhares de cidadãos e cidadãs que em cada ano visitam o Palácio de São Bento têm assim a possibilidade de contactar também com a pujante criação artística, que tem acompanhado o amadurecimento do regime democrático em Portugal.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



JOÃO BOSCO MOTA AMARAL

Palácio de São Bento, 28 de Fevereiro de 2005

## **SIGLAS**

AARNI	Assunto de Actualidade, de Relevância Nacional e Internacional
AC	Administração Central
AL	Administração Local
ALR	Assembleia Legislativa Regional
AR	Assembleia da República
BE	Bloco de Esquerda
CDS-PP	Centro Democrático e Social – Partido Popular
CE	Conselho da Europa
CRP	Constituição da República Portuguesa
GP	Grupo Parlamentar
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Assembleia do Atlântico Norte
PAOD	Período de antes da ordem do dia
PAR	Presidente da Assembleia da República
PCP	Partido Comunista Português
PEV	Partido Ecologista “Os Verdes”
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
RA	Região Autónoma
UEO	União da Europa Ocidental
UIP	União Interparlamentar

# ÍNDICE

<b>Composição da Assembleia da República</b>	<b>11</b>
<b>Reuniões Plenárias, da Comissão Permanente, da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares e do Conselho de Administração</b>	<b>15</b>
<b>Composição e Actividade das Comissões Parlamentares</b>	<b>19</b>
Comissões Especializadas Permanentes .....	21
<b>Constituição e Leis</b>	<b>27</b>
<b>Resoluções</b>	<b>35</b>
<b>Apreciações Parlamentares</b>	<b>39</b>
<b>Actividade de Orientação e Fiscalização Política</b>	<b>43</b>
Discussão do Programa do Governo .....	45
Moções ao XVI Governo Constitucional .....	45
Debates em Plenário com presença de Membros do Governo .....	46
Interpelações .....	47
Requerimentos .....	48
Petições .....	50
Inquéritos Parlamentares .....	53
<b>Outras Actividades</b>	<b>55</b>
Intervenções no Período Antes da Ordem do Dia (PAOD) por Grupo Parlamentar .....	57
Declarações Políticas .....	57
Assuntos de Interesse Político Relevante .....	58
Projectos de Deliberação .....	59
Votos .....	60
<b>Relações Externas</b>	<b>61</b>
<b>Audiências do Presidente da Assembleia da República</b>	<b>69</b>
<b>Notas</b>	<b>72</b>





## COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



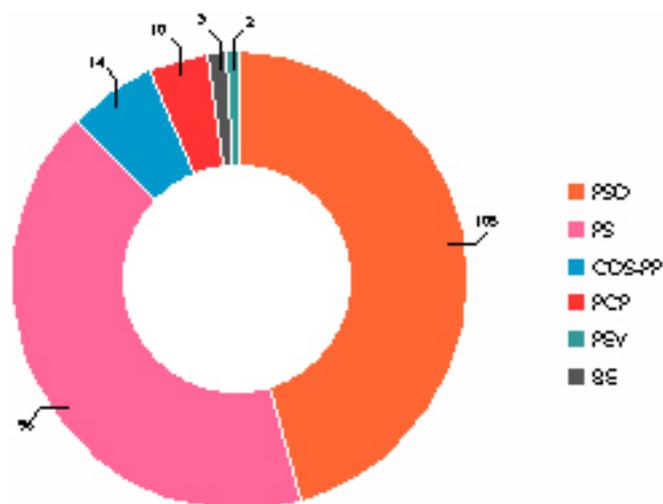
A 2.ª Sessão Legislativa da IX Legislatura teve início em 15 de Setembro de 2003 e terminou em 14 de Setembro de 2004, nos termos da Constituição. A primeira reunião plenária da Sessão realizou-se em 17 de Setembro de 2003 e a última em 28 de Julho de 2004.

**TABELA I** COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

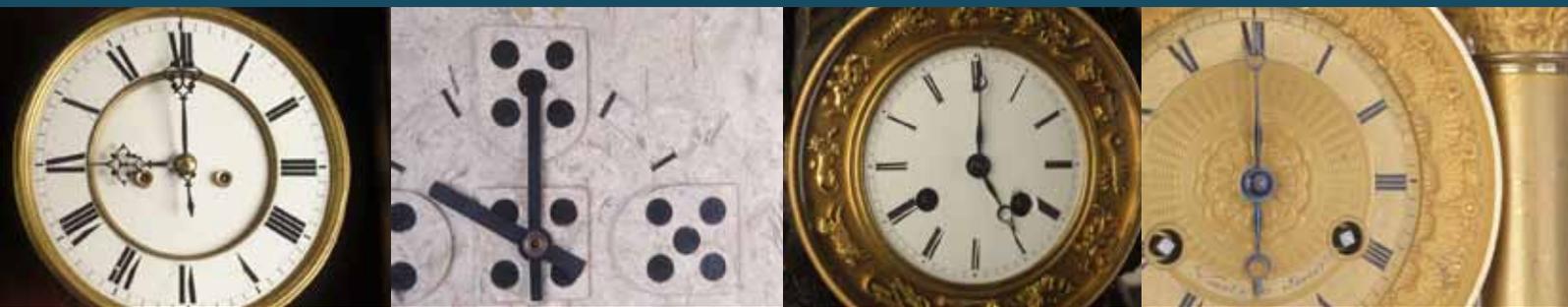
Partidos Políticos	Deputados Eleitos			Deputados Efectivos em 12/09/2004 (Data do Termo da 2.ª Sessão)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
<b>PSD</b>	87	18	<b>105</b>	86	19	<b>105</b>
<b>PS</b>	74	22	<b>96</b>	73	23	<b>96</b>
<b>CDS-PP</b>	13	1	<b>14</b>	13	1	<b>14</b>
<b>PCP</b>	8	2	<b>10</b>	7	3	<b>10</b>
<b>BE</b>	3	0	<b>3</b>	3	0	<b>3</b>
<b>PEV</b>	0	2	<b>2</b>	1	1	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>185</b>	<b>45</b>	<b>230</b>	<b>183</b>	<b>47</b>	<b>230</b>

Ao longo da Sessão renunciaram ao mandato 16 Deputados, foram substituídos 37, retomaram o mandato 33 e verificou-se a vacatura de dois mandatos, alterações ocorridas de acordo com o previsto na lei.

**GRÁFICO I** COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA POR GRUPO PARLAMENTAR



Dos 230 Deputados eleitos, 45 foram mulheres. Em virtude do movimento de Deputados, resultou que, no final da 2.<sup>a</sup> Sessão (em 14/09/2004) o número de Deputadas aumentou para 47, o que corresponde a 20,4% do total dos Deputados em funções.



**REUNIÕES PLENÁRIAS, DA COMISSÃO  
PERMANENTE, DA CONFERÊNCIA  
DOS REPRESENTANTES DOS GRUPOS  
PARLAMENTARES, DA CONFERÊNCIA  
DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES  
PARLAMENTARES E DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO**



Realizaram-se 107 reuniões plenárias na 2.ª Sessão, uma das quais solene (comemoração do 30.º Aniversário do 25 de Abril). As sessões plenárias duraram, na totalidade, 381 horas e meia. Em média, cada reunião plenária durou cerca de 3 horas e meia.

Fora do período de funcionamento efectivo da Assembleia da República realizou-se uma reunião da Comissão Permanente, em 2 de Setembro de 2004.

Esta Comissão é composta pelo Presidente e Vice-Presidentes da Assembleia da República e por 35 Deputados representativos de todos os Grupos Parlamentares e em número proporcional dos respectivos mandatos.

Nos termos do artigo 179.º da Constituição, a Comissão Permanente tem por missão, entre outras, acompanhar a actividade do Governo e da Administração e vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis.

A Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, ou Conferência de Líderes, como é habitualmente referida, tem competências expressas decorrentes dos direitos dos Grupos Parlamentares definidos na Constituição e no Regimento. Entre estas, salienta-se o direito dos Grupos Parlamentares de serem ouvidos na fixação da ordem do dia, conforme o disposto no artigo 180.º da Constituição e artigo 21.º do Regimento. Na 2.ª Sessão, a Conferência de Líderes reuniu 26 vezes.

A Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares reuniu 18 vezes, a fim de acompanhar os aspectos funcionais e de apoio técnico às Comissões, bem como avaliar as condições gerais do processo legislativo e a boa execução das leis e ainda elaborar relatório semestral de progresso relativo à aprovação das leis e sua entrada em vigor, bem como as respectivas normas de aplicação. Cabe a este órgão elaborar

o relatório anual de avaliação do grau de execução das leis, tendo sido produzidos e publicados durante a 2.<sup>a</sup> Sessão os relatórios referentes ao segundo semestre de 2003 e ao primeiro semestre de 2004.

O Conselho de Administração é um órgão de consulta e de gestão, constituído por um Deputado de cada Grupo Parlamentar, pela Secretária-Geral da Assembleia da República e um representante dos funcionários parlamentares. Compete-lhe, designadamente, elaborar a proposta de orçamento e a Conta da Assembleia da República, as propostas relativas ao quadro de pessoal e exercer gestão financeira da AR. Reuniu 28 vezes ao longo da 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa.

**TABELA 2** REUNIÕES PLENÁRIAS, DA COMISSÃO PERMANENTE, DA CONFERÊNCIA DE LÍDERES, DA CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Reuniões		N.º de Reuniões	
<b>Plenárias</b>	<b>Ordinárias</b>	106	107
	<b>Solenes</b>	1	
<b>Comissão Permanente</b>		1	
<b>Conferência de Líderes</b>		26	
<b>Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares</b>		18	
<b>Conselho de Administração</b>		28	
<b>TOTAL</b>		<b>180</b>	



**COMPOSIÇÃO E ACTIVIDADE  
DAS COMISSÕES PARLAMENTARES**



## **Comissões Especializadas Permanentes**

As Comissões Especializadas Permanentes são órgãos especializados por matérias, para desempenharem a tarefa de preparação, classificação e aprofundamento dos trabalhos parlamentares. Estiveram em funcionamento, na 2.ª Sessão, 11 Comissões Especializadas Permanentes.

De entre as competências das Comissões, avulta a análise das iniciativas legislativas, a discussão e votação das propostas de alteração apresentadas e a elaboração de textos de substituição.

A audição de entidades externas e a discussão pública das iniciativas legislativas tem também lugar nas Comissões, em razão da matéria tratada.

As petições dirigidas à Assembleia da República por cidadãos, a título individual ou colectivo, nos termos do artigo 52.º da Constituição são recebidas pelo Presidente da Assembleia da República que as remete para a Comissão competente, podendo ser apreciadas em Plenário, nos termos do artigo 252.º do Regimento.

O processo de acompanhamento e construção da União Europeia é igualmente apreciado pela respectiva Comissão (Assuntos Europeus e Política Externa), que elabora relatórios sobre as informações recebidas, de acordo com o previsto na alínea i) do artigo 197.º da Constituição.

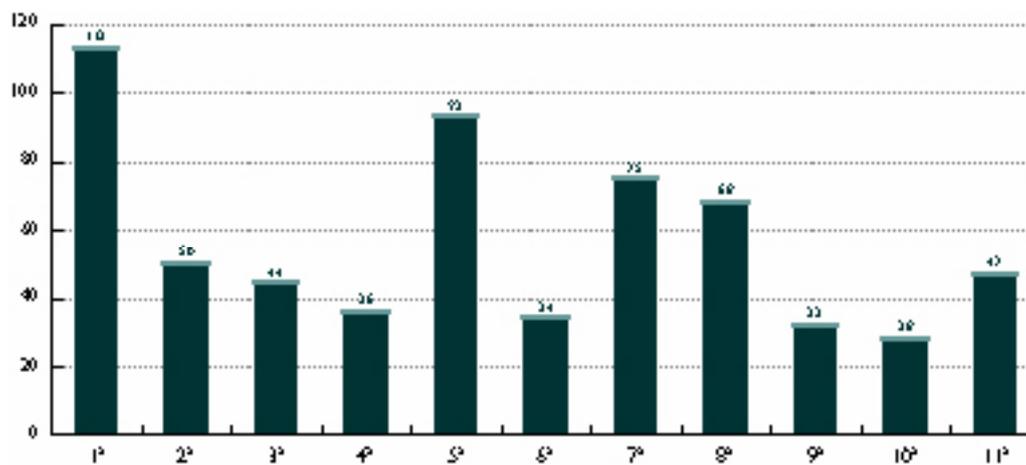
Dos quadros estatísticos seguintes, salienta-se o número de reuniões efectuadas pelas Comissões de Assuntos Constitucionais, Economia e Finanças, Educação, Ciência e Cultura, bem como do Trabalho e Assuntos Sociais, que revelam um peso significativo.

O número de reuniões realizadas por cada Comissão consta da tabela e gráfico seguintes:

**TABELA 3** COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES | NÚMERO DE REUNIÕES POR COMISSÃO

N.º das Comissões	Comissão	N.º de Reuniões
1. <sup>a</sup>	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	113
2. <sup>a</sup>	Assuntos Europeus e Política Externa	50
3. <sup>a</sup>	Defesa Nacional	44
4. <sup>a</sup>	Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente	36
5. <sup>a</sup>	Economia e Finanças	93
6. <sup>a</sup>	Execução Orçamental	34
7. <sup>a</sup>	Educação, Ciência e Cultura	75
8. <sup>a</sup>	Trabalho e Assuntos Sociais	68
9. <sup>a</sup>	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	32
10. <sup>a</sup>	Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	28
11. <sup>a</sup>	Ética	47
<b>TOTAL</b>		<b>620</b>

**GRÁFICO 2** COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES | NÚMERO DE REUNIÕES POR COMISSÃO



Para além das reuniões com carácter deliberativo, em que apenas os Deputados estão presentes, as Comissões realizaram audições com membros do Governo ou outras entidades, constantes da tabela seguinte:

**TABELA 4** COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES | NÚMERO DE AUDIÇÕES POR COMISSÃO

N.º das Comissões	Comissão	N.º de Audições
1.ª	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	52
2.ª	Assuntos Europeus e Política Externa	24
3.ª	Defesa Nacional	14
4.ª	Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente	6
5.ª	Economia e Finanças	61
6.ª	Execução Orçamental	17
7.ª	Educação, Ciência e Cultura	63
8.ª	Trabalho e Assuntos Sociais	58
9.ª	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	9
10.ª	Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	3
11.ª	Ética	0
<b>TOTAL</b>		<b>307</b>

As Comissões recebem anualmente muitos pedidos de audiência, quer de entidades colectivas, quer de cidadãos, a fim de exporem problemas que os afectam e solicitando a intervenção da Assembleia da República na sua solução.

De uma forma geral, as Comissões satisfazem os pedidos solicitados. As audiências concedidas na 2.ª Sessão constam da tabela seguinte, salientando-se as concedidas pelas Comissões de Assuntos Europeus e Política Externa, Educação, Ciência e Cultura e Trabalho e Assuntos Sociais.

**TABELA 5** COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES | NÚMERO DE AUDIÊNCIAS POR COMISSÃO

N.º das Comissões	Comissão	N.º de Audiências
1. <sup>a</sup>	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	5
2. <sup>a</sup>	Assuntos Europeus e Política Externa	59
3. <sup>a</sup>	Defesa Nacional	11
4. <sup>a</sup>	Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente	6
5. <sup>a</sup>	Economia e Finanças	19
6. <sup>a</sup>	Execução Orçamental	0
7. <sup>a</sup>	Educação, Ciência e Cultura	40
8. <sup>a</sup>	Trabalho e Assuntos Sociais	38
9. <sup>a</sup>	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	16
10. <sup>a</sup>	Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	9
11. <sup>a</sup>	Ética	0
<b>TOTAL</b>		<b>203</b>

Nos termos do artigo 36.º do Regimento foram constituídas 13 Subcomissões, cuja actividade consta da tabela seguinte:

**TABELA 6** SUBCOMISSÕES | NÚMERO DE REUNIÕES POR SUBCOMISSÃO

N.º das Comissões Especializadas Permanentes	Subcomissões	N.º de Reuniões
1. <sup>a</sup>	Justiça e Assuntos Prisionais	11
	Administração Interna	6
	Direitos Fundamentais e Comunicação Social	2
2. <sup>a</sup>	Comunidades Portuguesas	31
4. <sup>a</sup>	Criação de Novos Municípios, Freguesias, Vilas e Cidades	2
	Descentralização	8
5. <sup>a</sup>	Turismo	13
7. <sup>a</sup>	Educação e Ciência	8
	Cultura	3
	Juventude e Desporto	2
8. <sup>a</sup>	Saúde e Toxicodependência	10
	Trabalho e Segurança Social	4
9. <sup>a</sup>	Segurança Rodoviária	18
<b>TOTAL</b>		<b>118</b>

Para além das Comissões permanentes, estiveram em funcionamento quatro Comissões eventuais:

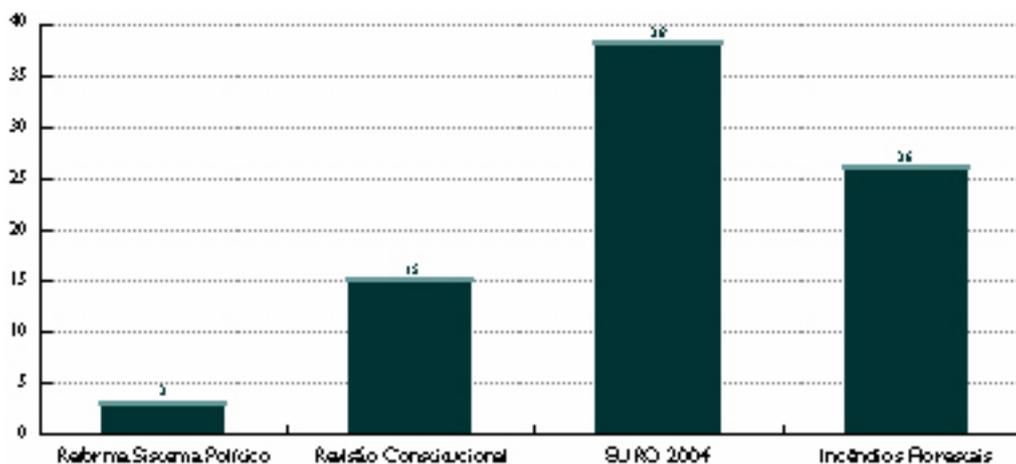
- Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político;
- Comissão Eventual de Revisão Constitucional;
- Comissão Parlamentar Eventual para a Análise e Fiscalização dos Recursos Públicos envolvidos na Organização do Euro 2004;
- Comissão Parlamentar Eventual para os Incêndios Florestais.

O número de reuniões efectuadas pelas Comissões eventuais consta da Tabela 7 e do Gráfico 3.

**TABELA 7** COMISSÕES EVENTUAIS  
NÚMERO DE REUNIÕES POR COMISSÃO

Comissões		N.º de Reuniões
<b>Eventuais</b>	Reforma do Sistema Político	3
	Revisão Constitucional	15
	Análise e Fiscalização dos Recursos Públicos Envolvidos no EURO 2004	38
	Incêndios Florestais	26
<b>TOTAL</b>		<b>82</b>

**GRÁFICO 3** COMISSÕES EVENTUAIS E COMISSÕES EVENTUAIS DE INQUÉRITO  
NÚMERO DE REUNIÕES POR COMISSÃO



A Comissão Eventual de Inquérito à Tragédia de Camarate teve os trabalhos suspensos durante a 2.ª Sessão.





## CONSTITUIÇÃO E LEIS



Foi discutida, aprovada e publicada na 2.<sup>a</sup> Sessão a sexta revisão da Constituição da República Portuguesa – Lei Constitucional 1/2004, de 24 de Julho de 2004.

Entre as alterações efectuadas, destacam-se:

- A adaptação de preceitos constitucionais às inovações decorrentes da construção e do aprofundamento da União Europeia, nomeadamente as previstas no Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa;
- O reforço da tutela constitucional contra a discriminação fundada na orientação sexual e contra a obtenção abusiva de dados pessoais;
- A clarificação do regime de extradição;
- A substituição da Alta Autoridade para a Comunicação Social por uma entidade administrativa independente capaz de assegurar nos meios de comunicação social o direito à informação e a liberdade de imprensa;
- A inclusão, entre as competências da AR, de acompanhar as missões externas das forças de segurança;
- O aprofundamento das autonomias regionais dos Açores e da Madeira;
- A consagração da regra segundo a qual a lei pode determinar limites à renovação sucessiva de mandatos dos titulares de cargos políticos executivos;
- A supressão das normas constitucionais caducas relativas a Macau e à independência de Timor Leste.

Na 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa deram entrada na Assembleia da República 197 iniciativas legislativas, propostas pelos Deputados, pelo Governo e pelas Assembleias Legislativas das regiões autónomas. Para além destas, transitaram 206 iniciativas da 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa apresentadas pelas mesmas entidades, o que perfaz um total de 403.

A tabela seguinte apresenta um resumo estatístico, por autor, da tramitação das iniciativas (entradas e transitadas). O processo legislativo na Assembleia da República segue um processo definido regimentalmente, por forma a assegurar a transparência, a publicidade e o respeito pelas regras democráticas na aprovação das leis.

**TABELA 8** PROJECTOS E PROPOSTAS DE LEI

Iniciativas	Autor	Transitadas da IX/1. <sup>a</sup>	Entradas na IX/2. <sup>a</sup>	Discutidas Generalidade	Rejeitadas em Votação Generalidade	Aprovadas em Votação Generalidade	Aprovadas em Votação Final Global	Enviadas para Promulgação	Iniciativas que deram origem a Lei	Leis
<b>Projectos de Lei</b>	PSD	14	23	0	0	2	2	2	2	67 <sup>1</sup>
	PSD/CDS-PP	5	9	8	0	8	11	11	11	
	PSD/PS/CDS-PP	1	1	0	0	0	0	0	0	
	PSD/PS/PCP/PEV/BE	0	1	1	0	1	1	1	1	
	PS	44	36	30	12	14	16	15	14	
	CDS-PP	19	8	4	0	3	0	0	0	
	PCP	51	24	18	15	4	5	6	5	
	PEV	7	11	10	6	4	3	3	2	
	BE	46	29	19	16	3	3	3	2	
	Todos GP	0	2	1	0	2	2	2	2	
<b>Total</b>		<b>187</b>	<b>144</b>	<b>91</b>	<b>49</b>	<b>41<sup>2</sup></b>	<b>43<sup>3</sup></b>	<b>43</b>	<b>39</b>	
<b>Propostas de Lei</b>	Governo	11 <sup>4</sup>	47	48	0	48	48	48	47	
	ALR Açores	0	1	0	0	0	0	0	0	
	ALR Madeira	8	0	4	0	3	2	2	2	
	<b>Total</b>		<b>19</b>	<b>53</b>	<b>52<sup>5</sup></b>	<b>0</b>	<b>51<sup>6</sup></b>	<b>50<sup>7</sup></b>	<b>50<sup>8</sup></b>	<b>49<sup>9</sup></b>
<b>TOTAL</b>		<b>206</b>	<b>197</b>	<b>143</b>	<b>49</b>	<b>92</b>	<b>93</b>	<b>93</b>	<b>88<sup>10</sup></b>	

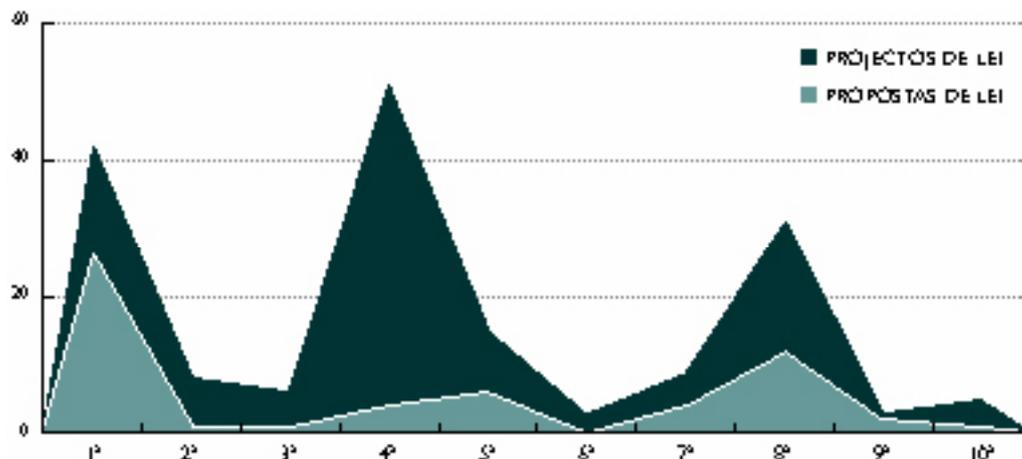
Do total global das 403 iniciativas apresentadas e transitadas, foram aprovadas em votação final global e enviadas para promulgação 93 iniciativas. Destas, 88 deram origem a lei. Foram publicadas 67 leis e 4 leis orgânicas, uma vez que várias iniciativas podem dar origem à mesma lei.

O conteúdo das iniciativas é muito diverso, mas pode ser agrupado, em termos de afinidade de conteúdo, relativamente às comissões a que baixou na fase de generalidade e especialidade, para apreciação.

**TABELA 9** COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES  
NÚMERO DE INICIATIVAS DISTRIBUÍDAS NA IX LEGISLATURA E APRECIADAS NA GENERALIDADE  
E NA ESPECIALIDADE NA IX/2.ª SESSÃO POR COMISSÃO

Iniciativas	Fase	Comissões Especializadas										
		Assuntos Constitucionais	Assuntos Europeus	Defesa Nacional	Poder Local	Economia	Execução Orçamental	Educação	Trabalho	Obras Públicas	Agricultura	
Projectos de Lei	Generalidade	42	8	6	51	15	3	9	31	3	5	
	Especialidade	14	5	0	2	2	0	5	4	2	0	
Propostas de Lei	Generalidade	26	1	1	4	6	0	4	12	2	1	
	Especialidade	20	1	0	2	6	0	4	5	0	0	

**GRÁFICO 4** COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES  
NÚMERO DE INICIATIVAS DISTRIBUÍDAS NA IX LEGISLATURA E APRECIADAS NA GENERALIDADE  
E NA ESPECIALIDADE NA IX/2.ª POR COMISSÃO



O número de projectos de lei apreciados em comissão na generalidade (91) e aprovadas nessa fase (41) foi superior às iniciativas que as mesmas Comissões apreciaram na especialidade, que foram aprovadas em votação final global (43) e que deram origem a lei (39).

Uma das razões para que tal aconteça é a sua rejeição na votação em Plenário na generalidade. Na 2.<sup>a</sup> Sessão foram rejeitadas 49 iniciativas, na fase de generalidade. Por outro lado, um número significativo de iniciativas baixa a várias Comissões assim que dá entrada, por ter matéria susceptível de se enquadrar nas competências dessas mesmas Comissões; já durante a apreciação e votação na especialidade, só pode baixar a uma Comissão.

Acresce que algumas iniciativas são discutidas na especialidade em Plenário; é o caso, por exemplo, da elevação de povoações a vilas e vilas a cidades e da criação de municípios e freguesias ou alteração dos respectivos limites e designações, que ocupam de forma significativa a Comissão de Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente na fase da generalidade.

Relativamente às propostas de lei apreciadas na 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa (52), existe um maior equilíbrio numérico entre as propostas aprovadas na generalidade (51) e em votação final global (50).

Várias iniciativas podem dar origem a uma só lei. Esta situação foi visível nesta Sessão Legislativa, em que 39 projectos de lei e 49 propostas de lei deram origem à publicação de 67 leis e 4 leis orgânicas, que necessitam de maiorias específicas para serem aprovadas:

#### **Lei Orgânica 1/2004**

Título: Terceira alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro – Lei da Nacionalidade, de 15 de Janeiro de 2004

#### **Lei Orgânica 1-A/2004**

Título: Possibilita a inscrição no recenseamento eleitoral de nacionais dos novos países aderentes à União Europeia legalmente residentes em Portugal, por forma a assegurar o exercício efectivo do direito de voto na eleição para o Parlamento Europeu a ocorrer em Junho de 2004, de 28 de Fevereiro de 2004.

**Lei Orgânica 2/2004**

Título: Estabelece o regime temporário da organização da ordem pública e da justiça no contexto extraordinário da fase final do Campeonato Europeu de Futebol – EURO 2004, de 12 de Maio de 2004.

**Lei Orgânica 3/2004**

Título: Votação antecipada, para a eleição da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, dos estudantes das regiões autónomas a frequentar estabelecimentos de ensino superior fora da sua região e sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 318-E/76, de 30 de Abril (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira), de 22 de Julho de 2004.

Das 67 leis aprovadas (excluindo a lei constitucional e as 4 leis orgânicas), 6 tinham natureza de autorização legislativa, i.e., davam autorização ao Governo para legislar sobre matéria reservada à AR.





## RESOLUÇÕES



O artigo 166.º da Constituição define como Resolução todos os actos que não sejam leis (incluindo as leis constitucionais e as leis orgânicas) ou moções.

Nos 160 projectos de resolução (transitados ou entrados na 2.ª Sessão) que deram origem a 34 resoluções publicadas em *Diário da República* encontramos conteúdos tão diversificados como autorizações de deslocações oficiais do Presidente da República (15), revisão do pacto de estabilidade e crescimento 2004-2007, criação de reservas ornitológicas, alteração da estrutura e competência dos Serviços da Assembleia da República, Constituição Europeia, medidas prioritárias para defesa de uma floresta sustentável, renovação do mandato da Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político, entre outros.

Das 37 propostas de resolução (transitadas ou entradas na 2.ª Sessão) resultaram 29 resoluções, na sua maior parte relativas à ratificação de tratados internacionais e acordos de cooperação.

Igualmente, das 10 iniciativas entradas na 2.ª Sessão relativas a outros processos que dão origem a resolução, encontramos a aprovação da Conta Geral do Estado de 2001, a aprovação de orçamento e orçamento suplementar da Assembleia da República para 2004 e a aprovação do relatório e conta da AR de 2001, bem como a designação do Provedor de Justiça, eleição de 5 representantes para o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, eleição de 4 membros para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, a eleição de um membro suplente da delegação da AR na OSCE e ainda a aprovação do quadro da Comissão Nacional de Protecção de Dados.

TABELA 10 PROJECTOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

Iniciativas	Autor	Transitadas	Entradas	Rejeitadas	Aprovadas	Iniciativas que deram origem a Resolução	Resoluções AR
<b>Projectos de Resolução</b>	PAR	2	19	0	19	20	80 <sup>11</sup>
	PSD	5	6	0	2	2	
	PSD/PS	1	0	0	0	0	
	PSD/CDS-PP	3	8	0	5	5	
	PSD/PS/CDS-PP	0	1	0	1	1	
	PSD/PS/CDS-PP/PCP	0	1	0	1	1	
	PSD/PS/PCP/PEV	0	1	0	0	0	
	PS	14	16	10	0	0	
	CDS-PP	4	2	0	1	1	
	PCP	16	21	10	0	0	
	PEV	5	9	4	1	1	
	BE	10	12	4	0	0	
	Todos GP	0	2	0	2	2	
	Comissão de Assuntos Constitucionais	0	1	1	0	0	
	Comissão de Assuntos Europeus	0	1	0	1	1	
	<b>Total</b>		<b>60<sup>12</sup></b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>33</b>	
<b>Propostas de Resolução</b>	Governo	16	19	0	29	26	
	ALR Açores	0	0	0	0	0	
	ALR Madeira	0	0	0	0	0	
	<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>29</b>	<b>29</b>	
<b>Outros processos que dão origem a Resolução</b>	Designação de Titulares de Cargos Exteriores à AR <sup>14</sup>	0	4	0	4	4	
	Apreciação da Conta Geral do Estado	0	1	0	1	1	
	Apreciação do Orçamento e Conta da AR	0	4	0	4	4	
	Regulamento da Comissão Permanente	0	1	0	1	1	
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>76</b>	<b>131</b>	<b>29</b>	<b>72</b>	<b>73<sup>15</sup></b>	



## **APRECIÇÕES PARLAMENTARES**



De acordo com o n.º 1 do artigo 169.º, a Constituição prevê que “os decretos-leis, salvo os aprovados no exercício da competência legislativa exclusiva do Governo, podem ser submetidos a apreciação da Assembleia da República, para efeitos de cessação de vigência ou de alteração, a requerimento de dez Deputados.”

Na 2.ª Sessão Legislativa, foram apresentados vários pedidos de apreciação de decretos-leis, 13 do PS e 12 do PCP, sem aprovação final. Entretanto, já tinham transitado da 1.ª Sessão 3 pedidos do PCP, que também não foram aprovados. Deste facto, resulta que 18 iniciativas transitadas ou entradas na 2.ª Sessão caducaram pela não aprovação das alterações propostas naquelas iniciativas, mantendo-se pendentes 5 apreciações parlamentares.

A temática foi diversa, abordando a política de saúde e gestão hospitalar, o regime de segurança social, a política de crédito bonificado, a Casa do Douro, a criação da Ordem dos Notários e respectivo Estatuto, a política de educação e revisão curricular e a emissão de passaportes.

**TABELA II** APRECIÇÃO PARLAMENTAR

Autor	Transitadas	Entradas	Em apreciação em Comissão	Caducadas	Aprovadas	Leis
<b>PSD</b>	0	0	0	0	0	0
<b>PS</b>	0	13	4	6	0	
<b>CDS-PP</b>	0	0	0	0	0	
<b>PCP</b>	3	12	2	11	0	
<b>PEV</b>	0	0	0	0	0	
<b>BE</b>	0	0	0	0	0	
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>25</b>	<b>5</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	





**ACTIVIDADE DE ORIENTAÇÃO  
E FISCALIZAÇÃO POLÍTICA**



## **Discussão do Programa do Governo**

A aceitação pelo Presidente da República do pedido de demissão apresentado pelo Primeiro-Ministro, em Julho de 2004, implicou, nos termos do artigo 195.º da Constituição, a demissão do XVI Governo. Após a formação de novo Governo, foi debatido o respectivo programa entre 27 e 29 de Julho de 2004. Foi a primeira vez, desde 1981, que se efectuou uma discussão do Programa do Governo sem ser no início de uma legislatura.

## **Moções ao XVI Governo**

A Constituição prevê, nos seus artigos 192.º a 194.º, a possibilidade de a Assembleia aprovar moções de rejeição do Programa do Governo ou de censura à sua actividade. O Governo pode solicitar à Assembleia da República a aprovação de um voto de confiança, durante o debate do respectivo Programa ou sobre uma declaração de política geral ou sobre qualquer assunto relevante de interesse nacional.

Na 2.ª Sessão Legislativa, por ocasião da apreciação do Programa do XVI Governo na Assembleia da República (27 a 29 de Julho de 2004), foram apresentadas quatro moções de rejeição do Programa do Governo, pelo PS, PCP, PEV e BE, todas rejeitadas.

O Governo solicitou à Assembleia da República a aprovação de uma moção de confiança, durante o debate do Programa, que foi aprovada pela Câmara.

## Debates em Plenário com a presença de Membros do Governo

TABELA 12 TIPO DE DEBATE

Tipo de Debate		TOTAL
<b>Com Primeiro-Ministro</b>	Debate Mensal com Primeiro-Ministro	7
	Assunto de Actualidade, de Relevância Nacional ou Internacional (AARNI)	5
<b>Com outros Membros do Governo</b>	Debates de Urgência	7
	Intervenção Quinzenal a pedido do Governo em PAOD	12
	Orientação da Despesa Pública	1
	Âmbito Geral	3
<b>Sessões de Perguntas ao Governo</b>	Âmbito Sectorial	1

No cumprimento do disposto do artigo 239.º do Regimento, o Primeiro-Ministro comparece no Parlamento na primeira semana de cada mês para uma sessão de perguntas dos Deputados.

Dos sete debates mensais assim efectuados, três foram especialmente dedicados a matérias da União Europeia (consequências da Conferência Intergovernamental para revisão dos Tratados, alargamento da Europa), um sobre “Ciência e Inovação”, outro sobre o combate ao terrorismo e ainda um último sobre a reforma e competitividade da economia portuguesa.

Realizou-se, em 25 de Maio de 2004, o debate sobre orientação da despesa pública, previsto na Lei 91/2001, de 20 de Agosto – Lei de Enquadramento Orçamental.

Ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 77.º do Regimento realizaram-se cinco debates sobre assunto de actualidade, de relevância nacional ou internacional, cujos temas incidiram sobre a abertura do ano escolar (2), descentralização, política de saúde e sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento para 2004-2007.

De acordo com o artigo 78.º do Regimento, os Grupos Parlamentares e o Governo podem requerer, fundamentadamente, ao Presidente da Assembleia a realização de debates de urgência. Na 2.ª Sessão realizaram-se sete debates de urgência, que

versaram a aplicação do pacto de estabilidade e crescimento, alterações climáticas, aeroporto da OTA, questões de saúde, emprego, venda de empresas a entidades estrangeiras e ainda sobre a Constituição Europeia e o Referendo em Portugal.

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 84.º do Regimento, o Governo efectuou intervenções sobre as seguintes matérias:

- Participação na Conferência Intergovernamental da União Europeia, intenção do executivo de apresentar iniciativas sobre reforma da Administração Pública e combate à evasão fiscal;
- Acordo Portugal –Espanha no sector das pescas;
- Prioridade do Governo centrada na ciência e investigação;
- Acesso aos canais generalistas de TV aos Açores e Madeira;
- Participação de Portugal nas forças multinacionais no Afeganistão;
- Reforma do sistema prisional;
- Regime do mecenato científico;
- Reforço da segurança nacional;
- Incentivos ao recrutamento de jovens no quadro da profissionalização das Forças Armadas;
- Alterações ao regime de atribuição do subsídio de desemprego;
- Organização do Campeonato Europeu de Futebol Euro 2004;
- Balanço do primeiro mês de exercício de funções do XVI Governo.

Realizaram-se quatro sessões de perguntas ao Governo, três de âmbito geral e uma de âmbito sectorial, dedicada a questões relativas ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

## **Interpeleções**

A Constituição permite aos Grupos Parlamentares, constituídos na AR, a possibilidade de agendarem, por meio de interpelação ao Governo, a abertura de dois debates, em

cada sessão legislativa, sobre assunto de política geral ou sectorial.

Na 2.<sup>a</sup> Sessão realizaram-se oito interpelações ao Governo, sobre:

- Política geral, em especial a condução da política económica e financeira e a orientação das políticas públicas em matéria de investimento, nomeadamente no apoio ao desenvolvimento e inovação, em 23 de Setembro de 2003, apresentado pelo PS;
- Questões de política geral, em especial o combate à pobreza e às desigualdades sociais, em 30 de Setembro de 2003, apresentado pelo BE;
- Política de saúde, em 28 de Novembro de 2003, apresentado pelo PCP;
- Política geral, em especial o balanço de execução do Governo e compromissos programáticos em campanha, em 7 de Março de 2004, apresentado pelo PS;
- Desenvolvimento sustentável, centrado nas políticas de ambiente, ordenamento do território e transportes, em 25 de Março de 2004, apresentado pelo PEV;
- Política externa, em 31 de Março de 2004, apresentado pelo BE;
- Crise da economia nacional, produtividade e necessidade de nova política económica e social, em 11 de Maio de 2004, apresentado pelo PCP;
- Direito reprodutivo das mulheres, violação das resoluções aprovadas pela AR, o caso do navio Borndiep, em 1 de Setembro de 2004, apresentado pelo BE.

## Requerimentos

Um dos poderes dos Deputados consagrados na Constituição é o de “obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato”. Sendo um poder exercido individualmente, são habitualmente formulados vários milhares de requerimentos em cada sessão legislativa.

Na organização interna da Assembleia, os requerimentos são classificados segundo a entidade a que se destinam:

AC – quando são dirigidos ao Governo/Administração Central;  
AL – quando são dirigidos a órgãos da Administração Local;  
RA – quando são dirigidos a órgãos das Regiões Autónomas.

Da 1.ª Sessão Legislativa da IX Legislatura transitaram para a 2.ª Sessão, sem resposta, 835 requerimentos dirigidos à Administração Central e 1089 à Administração Local, num total de 1924, dos quais foram respondidos, na 2.ª Sessão Legislativa, 509 pela Administração Central e 43 pela Administração Local, num total de 553.

No final da Sessão permaneciam sem resposta 1414 requerimentos, 370 dirigidos à Administração Central e 1044 à Local.

Nos termos regimentais, a entidade requerida deve responder com a urgência que a pergunta justificar. As taxas de resposta constam da tabela seguinte:

**TABELA 13** REQUERIMENTOS TRANSITADOS DA IX/1ª

Autor	Requerimentos								
	Transitados da IX/1ª			Respondidos na IX/2.ª			Não Respondidos na IX/2.ª		
	Administração Central	Administração Local	Total	Administração Central	Administração Local	Total	Administração Central	Administração Local	Total
<b>PSD</b>	107	187	<b>294</b>	77	31	<b>108</b>	38	147	<b>185</b>
<b>PSD/CDS-PP</b>	8	0	<b>8</b>	6	0	<b>6</b>	2	0	<b>2</b>
<b>PSD/PS/CDS-PP/PCP</b>	1	0	<b>1</b>	1	0	<b>1</b>	0	0	<b>0</b>
<b>PS/CDS-PP</b>	1	0	<b>1</b>	1	0	<b>1</b>	0	0	<b>0</b>
<b>PS</b>	328	665	<b>993</b>	172	5	<b>177</b>	174	667	<b>841</b>
<b>CDS-PP</b>	48	15	<b>63</b>	29	4	<b>33</b>	21	11	<b>32</b>
<b>PCP</b>	216	0	<b>216</b>	151	0	<b>151</b>	79	0	<b>79</b>
<b>PEV</b>	85	216	<b>301</b>	48	0	<b>48</b>	37	216	<b>253</b>
<b>BE</b>	41	6	<b>47</b>	24	3	<b>27</b>	19	3	<b>22</b>
<b>TOTAL</b>	835	1089	<b>1924</b>	509	43	<b>553</b>	370	1044	<b>1414</b>

Na 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa foram remetidos 1829 requerimentos à Administração Central, 858 à Administração Local, num total de 2687. Destes requerimentos foi obtida resposta a 1048 requerimentos da Administração Central e 537 da Administração Local, num total de 1585.

No final da sessão não foram respondidos 781 requerimentos dirigidos à Administração Central e 321 à Administração Local, num total de 1102.

**TABELA 14** REQUERIMENTOS FORMULADOS NA IX/2.<sup>a</sup>

Autor	Requerimentos								
	Formulados			Respondidos			Não Respondidos		
	Administração Central	Administração Local	Total	Administração Central	Administração Local	Total	Administração Central	Administração Local	Total
<b>PSD</b>	118	284	<b>402</b>	77	171	<b>248</b>	41	113	<b>154</b>
<b>PSD/CDS-PP</b>	1	0	<b>1</b>	0	0	<b>0</b>	1	0	<b>1</b>
<b>PS</b>	607	50	<b>657</b>	398	22	<b>420</b>	209	28	<b>237</b>
<b>CDS-PP</b>	107	511	<b>618</b>	60	339	<b>399</b>	47	172	<b>219</b>
<b>PCP</b>	645	3	<b>648</b>	396	1	<b>397</b>	249	2	<b>251</b>
<b>PEV</b>	267	7	<b>274</b>	80	3	<b>83</b>	187	4	<b>191</b>
<b>BE</b>	84	3	<b>87</b>	37	1	<b>38</b>	47	2	<b>49</b>
<b>TOTAL</b>	1829	858	<b>2687</b>	1048	537	<b>1585</b>	781	321	<b>1102</b>

## Petições

O artigo 52.<sup>o</sup> da CRP consagra explicitamente o direito de os cidadãos apresentarem, individual ou colectivamente, aos órgãos de soberania ou a quaisquer autoridades, petições, representações, reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral e bem assim o direito de serem informados, em prazo razoável, sobre o resultado da respectiva apreciação.

Pela sua natureza, as petições dirigidas à Assembleia da República não caducam com o fim de uma legislatura, ao contrário do que acontece, por exemplo, com os projectos de lei.

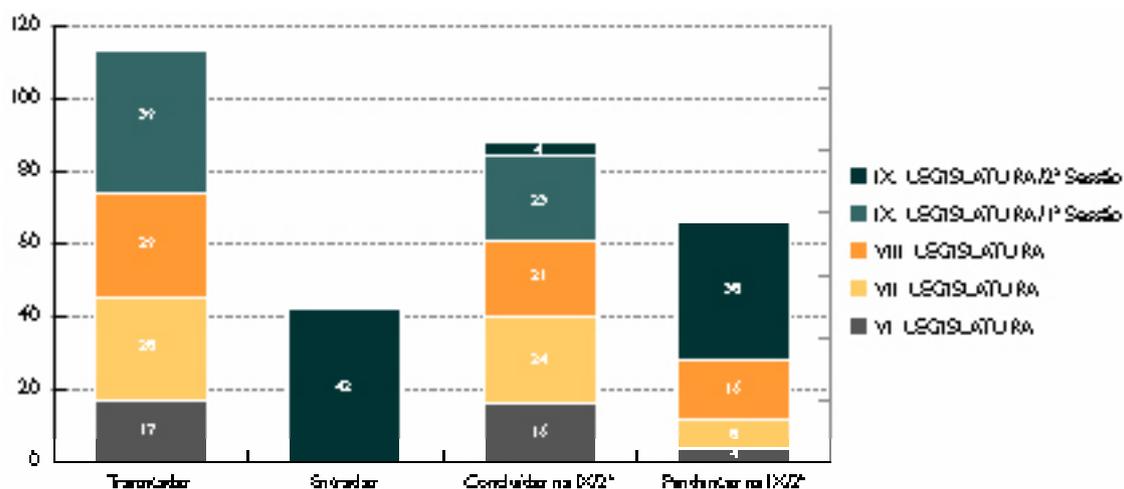
A Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho, pretende tornar mais célere a apreciação de petições dirigidas à AR, facilitar a sua entrega por via electrónica, reduzir o número mínimo de subscritores (2000) para que uma petição seja obrigatoriamente publicada em *Diário*, entre outras condições.

Na 2.ª Sessão Legislativa deram entrada 42 petições, a que acrescem 113 petições transitadas de anteriores legislaturas. O Parlamento concluiu a apreciação de 88 petições, que foram por isso arquivadas. Ficaram assim pendentes 67 petições no fim desta Sessão.

**TABELA 15** PETIÇÕES TRANSITADAS, ARQUIVADAS E PENDENTES NA 2.ª SESSÃO DA IX LEGISLATURA

Legislatura em que deram entrada	Transitadas da Sessão Anterior	Entradas	Concluídas na 2.ª Sessão da IX Legislatura	Pendentes no final da 2.ª Sessão da IX Legislatura
<b>VI Legislatura</b>	17	0	16	1
<b>VII Legislatura</b>	28	0	24	4
<b>VIII Legislatura</b>	29	0	21	8
<b>IX Legislatura/1.ª Sessão</b>	39	0	23	16
<b>IX Legislatura/2.ª Sessão</b>	0	42	4	38
<b>TOTAL</b>	<b>113</b>	<b>42</b>	<b>88</b>	<b>67</b>

**GRÁFICO 5** PETIÇÕES TRANSITADAS, CONCLUÍDAS E PENDENTES NA 2.ª SESSÃO DA IX LEGISLATURA



A distribuição das petições por Comissão permite avaliar os assuntos que mais afectam os peticionantes. Assim, em primeiro lugar, avultam as questões ligadas ao trabalho e assuntos sociais, seguidas de matérias ligadas ao poder local, ordenamento do território e ambiente, obras públicas, transportes e comunicações e assuntos constitucionais, direitos, liberdades e garantias.

**TABELA 16** PETIÇÕES ENTRADAS POR COMISSÃO NA 2.ª SESSÃO DA IX LEGISLATURA

N.º das Comissões	Comissão	Petições Apreciadas
1.ª	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	4
2.ª	Assuntos Europeus e Política Externa	0
3.ª	Defesa Nacional	3
4.ª	Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente	9
5.ª	Economia e Finanças	1
6.ª	Execução Orçamental	0
7.ª	Educação, Ciência e Cultura	9
8.ª	Trabalho e Assuntos Sociais	10
9.ª	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	6
10.ª	Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	2
11.ª	Ética	0
<b>TOTAL</b>		<b>43</b> <sup>16</sup>

## Inquéritos Parlamentares

Nesta Sessão não foram aprovadas iniciativas tendo em vista a criação de Comissões parlamentares de inquérito, embora o PCP, PEV e BE tivessem apresentado iniciativas nesse sentido.

**TABELA 17** PROJECTOS DE INQUÉRITOS PARLAMENTARES

<b>Autor</b>	<b>Projectos de Inquéritos Parlamentares</b>	<b>Aprovados</b>
<b>PSD</b>	0	0
<b>PS</b>	0	0
<b>CDS-PP</b>	0	0
<b>PCP</b>	1	0
<b>PEV</b>	1	0
<b>BE</b>	2	0
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>0</b>





## **OUTRAS ACTIVIDADES**



## Intervenções no Período Antes da Ordem do Dia (PAOD) por Grupo Parlamentar

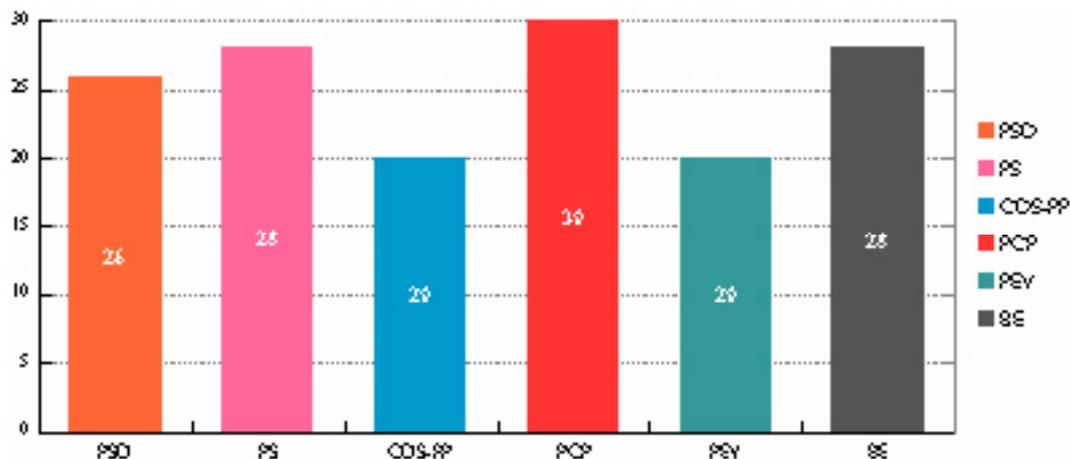
### Declarações Políticas

Nos termos do artigo 75.º do Regimento, os Grupos Parlamentares têm direito a produzir semanalmente uma declaração política com duração máxima de 8 minutos e com prioridade sobre as demais intervenções. Este direito deve ser comunicado à Mesa no início da reunião. A tabela 18 indica o número de declarações produzidas na 2.ª Sessão Legislativa, num total de 152.

**TABELA 18** DECLARAÇÕES POLÍTICAS

Autor	Declarações Políticas
<b>PSD</b>	26
<b>PS</b>	28
<b>CDS-PP</b>	20
<b>PCP</b>	30
<b>PEV</b>	20
<b>BE</b>	28
<b>TOTAL</b>	<b>152</b>

**GRÁFICO 6** DECLARAÇÕES POLÍTICAS



### Assuntos de Interesse Político Relevante

No período antes da ordem do dia, os Deputados podem produzir intervenções sobre assuntos de interesse político relevante, nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do Regimento, tendo ocorrido 23 intervenções nesta Sessão.

**TABELA 19** INTERVENÇÕES SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE POLÍTICO RELEVANTE

Autor	Assuntos de Interesse Político Relevante
<b>PSD</b>	10
<b>PS</b>	8
<b>CDS-PP</b>	3
<b>PCP</b>	2
<b>PEV</b>	0
<b>BE</b>	0
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>

## Projectos de Deliberação

Os actos votados em Plenário da Assembleia da República que não sejam leis ou resoluções revestem a forma de deliberação. As deliberações dizem respeito ao funcionamento da Assembleia, como a aprovação do orçamento e orçamento suplementar da AR, bem como o regulamento da Comissão Permanente e a eleição de um membro da delegação da AR para a OSCE.

Houve quatro projectos de deliberação apresentados e aprovados como resoluções, relativos a eleições de membros para órgãos exteriores à Assembleia da República e um relativo à Conta Geral do Estado.

**TABELA 20** PROJECTOS DE DELIBERAÇÃO

Autor	Transitados	Entrados	Comissão	Rejeitados	Aprovados	Iniciativas que deram origem a Resolução	ResoluçõesAR
<b>PAR</b>	0	2	0	0	2	2	7
<b>PS</b>	1	0	0	0	1	1	
<b>PSD/PS/CDS-PP/PCP/BE</b>	0	1	0	0	1	1	
<b>PS</b>	1	0	0	0	0	0	
<b>CDS-PP</b>	0	0	0	0	0	0	
<b>PCP</b>	2 <sup>17</sup>	1	0	0	1	2	
<b>PEV</b>	2	0	1	0	1	1	
<b>BE</b>	0	0	0	0	0	0	
<b>Todos</b>	0	2	0	0	2	2	
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>9<sup>18</sup></b>	

## Votos

Os Deputados, os Grupos Parlamentares ou a Mesa podem propor votos de congratulação, protesto, saudação ou pesar. Na 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa foram propostos 114 votos, tendo sido aprovados 101. A tabela seguinte agrupa os votos apresentados por autor e por tipo de voto:

**TABELA 21 VOTOS**

Tipo de Voto	Congratulação	Protesto e Condenação	Saudação e Homenagem	Pesar e Solidariedade	Totais	Aprovados
<b>PAR</b>	1	0	0	2	<b>3</b>	3
<b>PSD</b>	6	0	0	4	<b>10</b>	10
<b>PSD/CDS-PP</b>	16	6	1	8	<b>31</b>	31
<b>PSD/PS/CDS-PP/PCP/PEV</b>	1	0	0	0	<b>1</b>	1
<b>PSD/PS/PCP/PEV/BE</b>	0	0	0	1	<b>1</b>	1
<b>PSD/PS/BE</b>	1	0	0	0	<b>1</b>	1
<b>PS/PCP/PEV/BE</b>	0	0	0	1	<b>1</b>	1
<b>PS</b>	7	10	1	10	<b>28</b>	27
<b>CDS-PP</b>	6	0	0	3	<b>9</b>	8
<b>PCP</b>	1	3 <sup>19</sup>	1	7	<b>12</b>	8
<b>BE</b>	0	6	1	1	<b>9</b>	2
<b>PEV</b>	0	0	0	0	<b>0</b>	0
<b>Todos</b>	2	1	1	4	<b>8</b>	8
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>26</b>	<b>5</b>	<b>42</b>	<b>114</b>	<b>101</b>



## RELAÇÕES EXTERNAS



Sendo Portugal membro efectivo da Organização do Tratado do Atlântico Norte, do Conselho da Europa, da União Interparlamentar, da União da Europa Ocidental e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, a Assembleia da República participa nas reuniões das Assembleias Parlamentares destas organizações. No total, as delegações parlamentares portuguesas estiveram presentes em 112 reuniões, assim distribuídas:

**TABELA 22** ACTIVIDADES DAS DELEGAÇÕES PARLAMENTARES DA AR  
ÀS ORGANIZAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS

Organização	N.º de Reuniões
<b>Assembleia do Atlântico Norte (OTAN)</b>	17
<b>Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (CE)</b>	31
<b>União Interparlamentar (UIP)</b>	11
<b>Assembleia da União da Europa Ocidental (UEO)</b>	27
<b>Assembleia da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)</b>	3
<b>TOTAL</b>	<b>89</b>

Para além das reuniões das assembleias parlamentares, os Deputados portugueses efectuaram 44 missões a países estrangeiros. Destas, 10 foram chefiadas pelo Presidente da Assembleia, que efectuou deslocações oficiais à Eslovénia, Canadá, Timor Leste, Estados Unidos da América (para participar nas cerimónias fúnebres do antigo Presidente Ronald Reagan, em representação do Estado Português), Áustria (para participar nas cerimónias fúnebres do Presidente Thomas Klestil, em representação do Estado Português) e São Tomé e Príncipe.

O Presidente participou também nas Conferências de Presidentes de Parlamentos Euro-Mediterrânicos (La Valletta), dos Presidentes das Assembleias Parlamentares Europeias (Estrasburgo) e dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia (Haia).

Efectuou ainda uma deslocação aos Açores, onde presidiu ao Encontro Interparlamentar entre a Assembleia da República e o Congresso dos EUA, comemorativo do 60.º aniversário do Acordo Luso-Americano sobre a concessão de facilidades militares no Arquipélago dos Açores.

Os Vice-Presidentes Narana Coissoró e Leonor Bezeza, em representação do Presidente, participaram na Conferência sobre o Alargamento da União Europeia e respectivos processos de ratificação (Budapeste) e no Encontro de Trabalho do Grupo de Atenas sobre cooperação parlamentar na União Europeia, respectivamente.

**TABELA 23** PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM REUNIÕES INTERNACIONAIS

Tipo de Delegação	N.º de Reuniões
<b>Presidente da Assembleia da República (PAR)</b>	10
<b>Vice-Presidentes da AR em Representação do PAR</b>	2
<b>Outras Delegações da Assembleia da República</b>	32
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>

Foram constituídos 14 Grupos de Amizade com os Parlamentos da Alemanha, Angola, Brasil, Cabo Verde, Canadá, Espanha, França, Guiné-Bissau, Índia, Moçambique, Reino Unido, Rússia, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

A actividade dos Grupos de Amizade encontra-se resumida na tabela 24.

**TABELA 24** ACTIVIDADE DOS GRUPOS DE AMIZADE

Tipo de Actividade	N.º de Actividades
<b>Reuniões de Grupo</b>	56
<b>Reuniões com Entidades Externas</b>	20
<b>Seminários e Colóquios</b>	3
<b>Sessões Comemorativas</b>	1
<b>TOTAL</b>	<b>80</b>

A Tabela 25 dá conta do número de visitas efectuadas à Assembleia por delegações estrangeiras, na sua maioria de carácter parlamentar.

Realizaram-se na AR 21 reuniões nacionais, promovidas por várias Comissões e

Grupos Parlamentares, e também por entidades externas. Efectuaram-se duas reuniões internacionais – a Conferência dos Presidentes dos Paramentos de Língua Portuguesa e a Conferência “Os novos desafios da União Europeia: Alargamento e Tratado Constitucional”.

**TABELA 25** OUTRAS ACTIVIDADES RELEVANTES

Tipo de Actividade	N.º de Actividades
<b>Visitas de Altas Individualidades e Delegações Estrangeiras</b>	32
<b>Reuniões Nacionais realizadas na AR</b>	21
<b>Reuniões Internacionais realizadas na AR</b>	2
<b>Cooperação Parlamentar</b>	9
<b>TOTAL</b>	<b>64</b>

Efectuaram-se 20 cerimónias de boas-vindas a altos dignitários estrangeiros:

- Presidente da Assembleia Nacional da Hungria, Katalin Azili, em 23 de Setembro de 2003
- Presidente da Assembleia Nacional da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Dionísio Dias, em 30 de Outubro de 2003
- Presidente da República da Sérvia Montenegro, Svetozar Marovic, em 3 de Novembro de 2003
- Primeiro-Ministro da Polónia, Leszek Miller, em 13 de Novembro de 2003
- Primeiro-Ministro da República de Singapura, em 2 de Dezembro de 2003
- Ex-Presidente da República Checa, Vaclav Havel, em 5 de Dezembro de 2003
- Presidente da Antiga República Jugoslava da Macedónia, Boris Trajkovski, em 13 de Janeiro de 2004
- Presidente da Câmara de Representantes da Irlanda, Rory O’Hanlon, em 13 de Janeiro de 2004
- Primeiro-Ministro da República Checa, Vladimir Spidla, em 27 de Janeiro de 2004
- Presidente da República Checa, Vaclav Klaus, em 23 de Março de 2004
- Primeiro-Ministro do Luxemburgo, Jean-Claude Juncker, em 5 de Abril de 2004
- Presidente da República da Croácia, Stjepan Mesic, em 5 de Abril de 2004
- Primeiro-Ministro da Estónia, Juhan Parts, em 13 de Abril de 2004
- Presidente do Parlamento do Bundestag da Alemanha, Wolfgang Thierse, em 11 de Maio de 2004

- Presidente do Parlamento da Croácia, Vladimir Seks, em 17 de Junho de 2004
- Primeiro-Ministro da República da Croácia, Miomir Zuzul, em 22 de Junho de 2004
- Presidente da República do Chipre, Tassos Papadopoulos, em 23 de Junho de 2004
- Presidente da República da Polónia, Janusz Rydzkowski, em 1 de Julho de 2004
- Presidente da Câmara de Deputados da República do Uruguai, José Amorin Batlle, em 1 de Setembro de 2004
- Presidente do Comité Nacional da Conferência Consultiva Política da China, Jia Qinglin, em 9 de Setembro de 2004

Efectuaram-se ainda três cerimónias comemorativas (Dia Nacional dos Direitos Humanos, 3.º Centenário do Tratado de Methuen, e 30.º Aniversário do 25 de Abril), três de inauguração e quatro cerimónias de carácter diverso, consoante mostra a tabela seguinte:

**TABELA 26 CERIMÓNIAS**

<b>Cerimónias</b>	<b>N.º de Actividades</b>
<b>Boas-Vindas</b>	20
<b>Comemorativas</b>	3
<b>Inauguração</b>	3
<b>Outras Cerimónias</b>	4
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>







**AUDIÊNCIAS DO PRESIDENTE  
DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**



O Presidente da Assembleia da República concedeu 290 audiências, a entidades nacionais e estrangeiras.

**TABELA 27** AUDIÊNCIAS DO PRESIDENTE DA AR

<b>Tipo de Entidade</b>	<b>N.º de Audiências</b>
<b>Entidades Nacionais</b>	195
<b>Entidades Estrangeiras</b>	95
<b>TOTAL</b>	<b>290</b>

## NOTAS

- 1 Inclui uma Lei Constitucional e quatro Leis Orgânicas.
- 2 Não inclui o Projecto de Lei (PJL) 415/IX/2.<sup>a</sup> (PCP), que foi rejeitado na Votação na Generalidade e substituído por um texto apresentado pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura.
- 3 Não inclui o PJL 415/IX/2.<sup>a</sup> (PCP), que foi rejeitado na Votação na Generalidade e substituído por um texto apresentado pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura.
- 4 Não inclui a Proposta de Lei (PPL) 14/IX/1.<sup>a</sup> do Governo, que foi retirada na IX/1.<sup>a</sup>.
- 5 Inclui as PPL 65/VIII/2.<sup>a</sup> (Assembleia Legislativa Regional da Madeira), 67/VIII/2.<sup>a</sup> (Assembleia Legislativa Regional da Madeira) e 87/VIII/2.<sup>a</sup> (Assembleia Legislativa Regional da Madeira), que transitaram da VIII Legislatura.
- 6 Inclui as PPL 65/VIII/2.<sup>a</sup> (Assembleia Legislativa Regional da Madeira) e PPL 87/VIII/2.<sup>a</sup> (Assembleia Legislativa Regional da Madeira), que transitaram da VIII Legislatura.
- 7 Inclui a PPL 65/VIII/2.<sup>a</sup> (Assembleia Legislativa Regional da Madeira), que transitou da VIII Legislatura.
- 8 Inclui a PPL 65/VIII/2.<sup>a</sup> (Assembleia Legislativa Regional da Madeira), que transitou da VIII Legislatura.
- 9 Inclui a PPL 65/VIII/2.<sup>a</sup> (Assembleia Legislativa Regional da Madeira), que transitou da VIII Legislatura.
- 10 O número de iniciativas que deram origem a Lei não corresponde ao número total de Leis, uma vez que algumas Leis tiveram origem em mais que uma iniciativa ou tiveram origem em iniciativas que transitaram da IX/1.<sup>a</sup>, ou que foram ainda apresentadas durante a VIII Legislatura, tal como a PPL 65/VIII/2.<sup>a</sup> (Assembleia Legislativa Regional da Madeira).
- 11 Inclui a publicação da Resolução AR n.º 61/2004 (que teve origem em "Outros Processos que dão Resolução AR"), ocorrida já durante a IX/3.<sup>a</sup> (2004-09-22).
- 12 Não inclui o Projecto de Resolução n.º 10/IX/1.<sup>a</sup> (BE), que foi prejudicado pela aprovação em 09 de Maio de 2002 do PJR no 8/IX/1.<sup>a</sup> (PAR). Inclui o PJR no 174/IX/1.<sup>a</sup> (PAR) que deu origem à Resolução AR no 73/2003, publicada já durante a 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa (2003-09-18).
- 13 Inclui o Projecto de Resolução n.º 174/IX/1.<sup>a</sup> (PAR) que deu origem à Resolução AR n.º 73/2003, publicada já durante a 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa (2003-09-18).
- 14 Eleições para o Conselho Económico e Social, Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, Conselho Superior da Magistratura, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho de Estado, Comissão Nacional de Eleições, Conselho Superior de Defesa Nacional, Conselho Nacional de Educação e Tribunal Constitucional.
- 15 O número de iniciativas que deram origem a Resolução da AR não corresponde ao número total de Resoluções da AR, uma vez que algumas Resoluções da AR tiveram origem em mais que uma iniciativa ou tiveram origem em iniciativas que transitaram da IX/1.<sup>a</sup>. Algumas Resoluções AR tiveram origem em Projectos de Deliberação.
- 16 O número de Petições entradas na IX/2.<sup>a</sup>, não corresponde ao número total de Petições distribuídas, uma vez que a Petição n.º 92/IX/2.<sup>a</sup> teve baixa a duas Comissões: à de Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente e à de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.
- 17 O Projecto de Deliberação no 23/IX/1.<sup>a</sup> (PCP) teve aprovação em Votação de Deliberação na IX/1.<sup>a</sup>, mas a publicação da Resolução n.º 74/2003 só veio a ocorrer já na IX/2.<sup>a</sup>.
- 18 Algumas Resoluções AR tiveram origem em iniciativas que transitaram da IX/1.<sup>a</sup>. Inclui o Projecto de Deliberação de no 23/IX/1.<sup>a</sup> (PCP) que deu origem à Resolução AR no 74/2003, publicada já durante a 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa (2003-09-20).
- 19 O Voto de Protesto n.º 128/IX/2 (PCP) provocou a rejeição do n.º 1 e do n.º 3 do texto apresentado e a aprovação por unanimidade do n.º 2.



